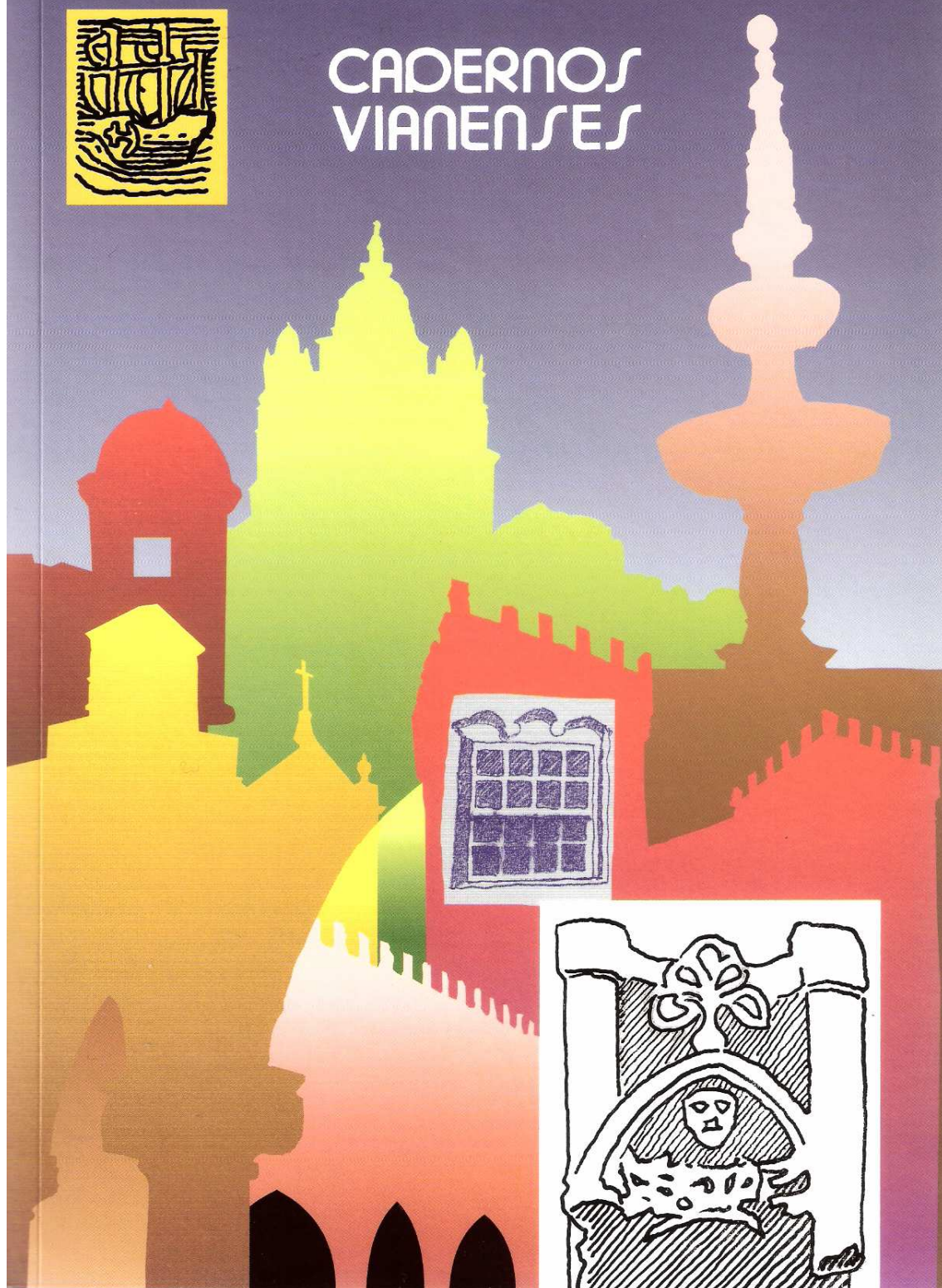


CADERNOS VIANENSES



CADERNOS VIANENSES

Tomo 40

Ficha Técnica:

Título: *Cadernos Vianenses*

Edição da Câmara Municipal de Viana do Castelo

Coordenação de: Alberto A. Abreu

Capa de: Rui Pinto

Tiragem: 500 exemplares

Composto e impresso na Gráfica Casa dos Rapazes - Viana do Castelo

Data e local de edição: Viana do Castelo, 2007 Julho 07

Dep. Legal N.º 19283 / 87

ISSN 0871-4282

CADERNOS VIANENSES. Viana do Castelo, 1978 –

Cadernos Vianenses: notícia do passado e do presente da região de Viana do Castelo
/ [orientação de António Dionísio Marques [et al.]] - t. 1 (1978) -

Viana do Castelo: Câmara Municipal, 1978 -

- il.; 23 cm

Periodicidade irregular. — A partir de 1994 (t. 17) passou a ser bianual — A partir
do t. 10 passou a omitir o complemento do título. — A partir de 1994 é programati-
camente bianual.

ISSN 0871-4282

I — Marques, António Dionísio, org.

II — Câmara Municipal de Viana do Castelo

Os artigos assinados são da responsabilidade dos respectivos autores.

Toda a colaboração é solicitada.

Os *Cadernos Vianenses* aceitam permutas e/ou colaboração com outras publicações
nacionais e estrangeiras

ISSN 0871-4282

CADERNOS VIANENSES

Tomo 40

Viana do Castelo
Câmara Municipal
2007

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	
Defensor Moura.....	11
 <i>MONUMENTOS DE VIANA DO CASTELO - I</i>	
 <i>Templos da cidade: monumentos de arte religiosa</i>	
António Carvalho	15
 <i>Para a história da “cidade velha” de Santa Luzia</i>	
Carlos A. Brochado de Almeida.....	43
 <i>Capela de Nossa Senhora da Esperança de Lanheses</i>	
Euclides Rios	71
 <i>A Capela de Santo António do Paço d’Anha e a sua instituição por João d’Agorreta</i>	
João Agorreta Alpuim Botelho.....	79
 <i>Casa da Boa Viagem</i>	
Cristina Castel-Branco.....	89
 <i>Senhor do Cruzeiro e das Necessidades e Senhor do Bonfim: duas capelas irmãs em Lanheses e em Carreço</i>	
Manuel Gonçalo Pereira do Vale.....	99
 <i>Monumentos e cidade de Viana do Castelo: reflexões sobre uma intervenção no Convento de S. Bento em Viana do Castelo</i>	
Carina Viana	119

<i>José Fernandes Martins: arquitecto da modernidade vianense</i>	
Francisco José Carneiro Fernandes.....	137

<i>O matadouro municipal de Viana do Castelo</i>	
António Maranhão Peixoto.....	191

<i>Três bustos notáveis</i>	
António Manuel Couto Viana	215

<i>Castelo de Santiago da Barra: história da fortaleza</i>	
Francisco Sampaio	223

ANTOLOGIA

<i>No silêncio dos dias</i>	
Fátima Passos	245

MEMÓRIAS E ESTUDOS VÁRIOS

<i>Montes da Madelena: uma história de limites na fronteira norte de Portugal</i>	
Manuel da Cruz Fernandes	257

<i>Cultura da idade uma política a favor da vida activa da população sénior</i>	
Margarida Silva	301

<i>Luís Augusto Oliveira e o museu de Viana do Castelo</i>	
João Alpuim Botelho.....	309

Sagrada escritura

Manuel Cruz Fernandes331

Os "Recortes" de Fátima Passos

Alberto A. Abreu343

Os arquivos das Misericórdias do Alto Minho: um itinerário de investigação

Maria Marta Lobo de Araújo357

Viana do Castelo: arrolamento dos bens das igrejas, 1911

António Maranhão Peixoto379

OS ARQUIVOS DAS MISERICÓRDIAS DO ALTO MINHO: UM ITINERÁRIO DE INVESTIGAÇÃO

Por MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO*

Nos nossos dias vulgarizou-se a ideia de que os arquivos se tornaram importantes por serem “lugares de memória” e que estes são, sem dúvida, uns dos principais elementos da construção e reforço da nossa identidade.

Apesar de concordar genericamente com este argumento, parece-me também que os arquivos só crescem em importância e significado quando são usados e permitem que os investigadores avancem no conhecimento científico, criando funcionalidade à “memória”.

Tornam-se hoje inegáveis os avanços verificados nos últimos anos no sector dos arquivos e particularmente nos do Alto Minho. Em Monção, Valença, Ponte de Lima, Vila Nova de Cerveira, Paredes de Coura, Melgaço e Caminha foram criados serviços que disponibilizando informação, respondem com eficácia às solicitações dos utentes¹.

Embora seja demonstrada uma nova sensibilidade para estas temáticas, que muito se aprecia e louva, há ainda em alguns casos pontuais um longo caminho a percorrer na organização das fontes das Santas Casas. Para além da precisa inventariação, torna-se im-

* Docente do Departamento de História da Universidade do Minho.

¹ Agradeço à Dra Maria Olinda Alves Pereira, directora do Arquivo Distrital de Viana do Castelo, as prestimosas informações sobre os arquivos do Alto Minho.

perioso que a documentação esteja bem acondicionada, em lugares seguros e que ofereça condições à preservação dos documentos.

A necessidade reconhecida pelos corpos gerentes das Misericórdias de acondicionar melhor o seu património arquivístico ainda não encontrou em algumas destas confrarias a vontade suficiente para concretizar esse desejo, protelando uma decisão que em certas situações se torna imperiosa.

Apesar das preocupações expressas, a documentação encontra-se “por via de regra deficientemente instalada e ainda por conhecer” correndo o risco “salvo honrosas excepções [...] de séria deterioração”¹.

Esta situação fica a dever-se ao pouco interesse que o património arquivístico tem representado para os gestores das Misericórdias, mas também à falta de instalações adequadas para a sua guarda, encontrando-se como acontece em muitas destas confrarias em locais nada recomendáveis².

Por outro lado, a filosofia que preside à guarda da documentação não é infelizmente uniforme e nem sempre privilegia as necessidades dos investigadores. Assim, se existem instituições onde se encara “com naturalidade que a documentação incorporada, e ainda encaixotada, possa vir a ser requisitada, para reprodução ou consulta imediata, logo no dia seguinte ao da entrada no edifício”³, outra há em que os entraves prejudicam e não animam os mais jovens que se dedicam ao conhecimento histórico.

1 Leia-se Pereira, Maria Olinda Alves, “Introdução”, in *Recenseamentos dos Arquivos Locais, Distrito de Viana do Castelo*, vol. 3, Lisboa, Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, 1996, p. XII.

2 É possível encontrar estas situação em muitas Misericórdias. Confira-se Penteado, Pedro, “Os arquivos e a História das Misericórdias em Portugal: problemas e perspectivas”, in *Oceanos*, nº 35, 1998, p. 93.

3 Esta informação reporta-se ao Arquivo Distrital de Viana do Castelo. Veja-se Pereira, Maria Olinda Alves, “Arquivo (O) Distrital de Viana do Castelo”, in Capela, José Viriato Eiras (coord.), *As freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: memória, história e património*, Braga, Casa Museu de Monção, 2005, p. 526.

Existem actualmente 10 Misericórdias no distrito de Viana do Castelo: Viana do Castelo, Ponte de Lima, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção, Caminha, Vila Nova de Cerveira, Paredes de Coura e Valença. Todavia, nem sempre este foi o número de Santas Casas neste distrito. Registam-se duas alterações significativas, que estiveram associadas ao surgimento de uma nova confraria e à morte de uma outra. A antiga Santa Casa de Valadares encerrou em 1955, enquanto em 1885 se criou em Paredes de Coura a mais recente Misericórdia do distrito.

Desconhece-se para algumas destas confrarias a data da sua criação. Todavia, sabe-se que a de Caminha foi criada em data desconhecida, mas já possuía um hospital em 1516¹; a de Viana da Foz do Lima, actual Viana do Castelo, nasceu em 1521; a de Ponte de Lima por volta de 1530; a de Monção e Valença serão instituições manuelinas², enquanto a de Melgaço já se encontrava em funcionamento em 1531³ e a de Valadares ter-se-à instituído por volta de 1535⁴. Quanto à de Ponte da Barca também ainda não se estabeleceu uma data precisa, mas o mais antigo documento encontrado nos nossos dias refere estar já erecta em 1584⁵. No que se refere à dos Arcos de

1 Leia-se Alves, Lourenço, "Aspectos da cultura castreja no Alto Minho", in *Revista Caminiana*, 3, Caminha, 1980, p. 25.

2 Veja-se Capela, José Viriato Eiras (coord.), *Monção nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, Casa Museu de Monção, 2003, p. 405.

3 Nesta data, a Misericórdia recebeu um alvará de D. João III, onde lhe conferia autorização para incorporar o hospital de S. Gião. Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, *Livro dos privilégios*, nº 3, fls. 310-310v; Araújo, Maria Marta Lobo de, "Pedir para distribuir: os peditórios e os mamposteiros da Misericórdia de Melgaço na Época Moderna", in *Boletim Cultural de Melgaço*, 2005, p. 75.

4 Leia-se para este assunto Abreu, Laurinda Faria dos Santos, "As Misericórdias de Filipe I a D. João V", in Paiva, José Pedro (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 1, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas; Centro de Estudo de História Religiosa, 2002, p. 48; Araújo, Maria Marta Lobo de, "A memória da Santa Casa da Misericórdia de Valadares (séculos XVII-XVIII)", in Capela, José Viriato Eiras (coord.), *Monção nas Memórias paroquiais de 1758...*, p. 153.

5 Confira-se Pereira, Maria das Dores de Sousa, *Entre ricos e pobres: a actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*, Braga, Universidade do Minho, 2003, p. 17, dis. de mestrado policopiada.

Valdevez sabe-se que foi construída em 1595¹, data em que Vila Nova de Cerveira viu também nascer a sua Misericórdia².

Estes dados significam que quase todas estas confrarias são quinhentistas e que, desde cedo, o distrito de Viana do Castelo esteve dotado das mais relevantes instituições de caridade.

Com excepção dos arquivos das Santas Casas de Viana e muito recentemente do de Caminha, que se encontram à guarda do Arquivo Distrital de Viana do Castelo e do arquivo da Misericórdia de Valaderes, que incorpora desde Julho de 2005 o arquivo Municipal de Monção³, todas os restantes cartórios estão sediados nas próprias Santas Casas.

Foi frequente os cartórios conhecerem vários locais de instalação no mesmo ou em vários edifícios e ficarem sujeitos ao abandono ou à incúria⁴.

O arquivo da Misericórdia de Ponte de Lima foi instalado, nas últimas décadas, em sítios nem sempre apropriados para a conservação do seu acervo⁵. Deve, no entanto, salientar-se que, apesar de se registarem algumas perdas, é um dos melhores recheado do conjunto das Misericórdias do Alto Minho. Apesar de algumas faltas, sobretudo para os primeiros 100 anos da instituição, contém séries completas de livros de doentes, de receita e despesa, de irmãos, de actas (cabidos particulares, gerais e do Definitório), de cobranças, um espólio muito importante de legados, recebidos dos limianos,

1 Leia-se para esta Misericórdia Arieiro, José Borlido, *A Santa Casa da Misericórdia dos Arcos de Valdevez, 4º centenário 1595/1995*, Arcos de Valdevez, Santa Casa da Misericórdia dos Arcos de Valdevez, 1995, p. 16.

2 Atente-se à obra de Diogo, José Leal, *Santa Casa da Misericórdia*, s. l., Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, 1979, p. 15.

3 Agradeço esta informação ao Dr. José Rodrigues, director do Arquivo Municipal de Monção.

4 Este percurso foi conhecido pelo espólio do hospital de S. José de Lisboa. Leia-se D'Alcochete, Nuno Daupías, *O arquivo histórico do hospital de S. José. (Esboço de um inventário)*, separata do "Boletim Clínico dos Hospitais Civis de Lisboa", vol. 2, nº 1-2, 1965, pp. 321-363.

5 Veja-se a propósito Reis, António Matos, "Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima", in *Arquivo de Ponte de Lima*, 1985, pp. 381-382.

mas também dos que se encontravam nas diferentes partes do império, com destaque particular para os que residiam na Índia e no Brasil, de dotes de órfãos, de capitais mutuados, etc.

Nos primórdios, estas confrarias possuíam poucos livros, os quais eram guardados em cofres, que se encontravam fechados à chave. Ponte de Lima preserva ainda um cofre do século XVII onde se conservava a documentação. Outras, referem a existência de armários, quase sempre localizados no Consistório¹.

Embora os responsáveis pelas Misericórdias se preocupassem com a custódia dos seus fundos documentais e expressassem essas preocupações nos acórdãos, a verdade é que na prática os livros nem sempre se encontravam no cofre, como acontecia em Ponte de Lima, ou no armário como se refere em Monção. Igualmente não deixa também de ser recorrente o transporte de livros de registo para casas particulares, como se verificava nas duas Santas Casas supracitadas.

Em 1771, os confrades de Monção lamentavam o facto de “andarem fora do Arquivo os libros desta Caza” e ordenavam que “se recolhessem” ao cartório. Mas iam mais longe nas suas preocupações e medidas. As cópias necessárias far-se-iam apenas na Casa e em presença do provedor e “por nenhum motivo sahirão para fora libros alguns”². A ordem era clara e procurava fazer regressar muitos foros e rendas à Casa que andavam atrasados, vendo-se os mesários impossibilitados de conhecer e fazer prova dos devedores, uma vez que os livros estavam sob custódia de antigos mesários.

Por outro lado, ao vincular a feitura de cópias à presença do provedor, efectuava-se o controlo de tudo o que saía da instituição, ao mesmo tempo que se inibiam pedidos menos fundamentados e mais precipitados.

¹ O Consistório era uma dependência da confraria onde reunia a Mesa e se efectuava o despacho.

² Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Monção, (doravante ASCMM), Livro que ha de servir para os acordãos e elleiçoens desta Santa Caza 1710-1774, nº 11, fls. 226v.-227.

Mas as preocupações dos mesários ancoravam ainda na antiga experiência verificada a quando da Guerra da Aclamação. A Santa Casa foi parcialmente destruída e o arquivo quase desapareceu. O drama tornou os irmãos mais cautelosos e apreensivos sempre que se tratava do património arquivístico. Em vários momentos foi recordado o armário do Consistório, local onde os livros se deviam guardar e preservar.

Esta preocupação ganhou quase foro de obsessão devido à guerra e ao facto de se tratar de uma terra fronteira. Em meados do século XVII, por causa da perda parcial do fundo documental, foram criadas várias dificuldades à instituição.

“[...] Ahamos não se encontrar no dito archivo livros, ou documentos por onde se viesse a comprehender o princípio a fundação desta Sancta Caza e somente que tivera a sua primeira fundação dentro dos muros da praça velha e que no tempo da Guerra da aclamação foy esta mesma Santa Caza aruinada e destruida com as batarias que a dita praça velha fizeram os castelhanos que queimarão e uzurparão os mesmos títulos e livros¹ .

A perda de documentação impossibilitou conhecer a sua criação, porque se perderam os livros. Assim, perdeu-se parte da sua identidade, facto de que os confrades tomaram consciência, não apenas porque os diminuía no seu capital simbólico, mas também porque lhes causava dificuldades de gestão no quotidiano.

Se o património documental se tornou importante para estas confrarias, ele ganhava nova dimensão quando se tratava das cobranças de juros, foros e pensões.

A questão dos arquivos das Misericórdias esteve desde cedo configurada nos regimentos.

¹ ASCMM, *Tombo dos bens e propriedades pertencentes á Santa Casa da Misericórdia de Monção* 1788, fl. 13.

O compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1516 previa já o registo de algumas das acções da confraria, circunscrevendo a atenção dos irmãos na elaboração de róis de pobres envergonhados que a confraria esmolava e de presos que fossem ajudados pela instituição. Ordenava ainda a elaboração de um caderno para o registo de doentes e a existência de dois livros: um para receita e despesa, separado por capítulos, onde deveriam figurar os presos e as despesas feitas com eles e ainda um outro com o registo da roupa dada aos pobres. Este último devia conter ainda a identificação dos beneficiados e das peças oferecidas¹.

Trata-se de um sector que não mereceu muita atenção e onde as preocupações se centraram no registo da receita e da despesa e no provimento dos pobres.

A instituição era ainda relativamente pequena e as suas acções focalizavam-se nas principais obras de caridade então desenvolvidas.

Já no compromisso de 1600, as preocupações com o cartório são mais evidentes, tendo-se criado um capítulo sobre os livros que a Santa Casa deveria possuir obrigatoriamente: um para o registo dos irmãos; outro para assento das pessoas visitadas pela instituição; um para registo das provisões régias; mais um para inventário de “títulos e papeis de importancia” e ainda outro para assento dos regimentos do mordomo da capela, boticário, hospital de Santa Ana e “outros officios da Casa”².

Também o compromisso de 1618 contempla a forma de actuar do escrivão em relação ao cartório, ordenando-lhe todo o registo dos livros dos dotes, cativos, letras, despachos, acórdãos, segredos e receita e despesa. O irmão recebedor das esmolas devia também re-

¹ Leia-se *Do compromisso da confraria da Sancta Caza da Misericórdia de Lisboa fundada pela rainha D. Leonor de Lencastre*, Caldas da Rainha, Tipografia Caldense, 1929, pp. 21, 23, 25, 29, 30 e 32.

² *Compromisso da irmandade da Casa da Sancta Misericórdia da cidade de Lisboa*, Lisboa, Impresso por Antonio Alvares, 1600, p. 181.

gista-las em "livros separados", de maneira a evitarem-se confusões e a actuar com rigor. O mesmo deveriam observar os tesoureiros dos depósitos, escriturando em "livros separados" toda a sua actividade referente à cobrança de juros, rendas e às despesas da Casa¹. Verifica-se uma intenção clara de prestar particular cuidado a alguns sectores de actividade, demonstrativos, aliás, do crescimento da Misericórdia e dos sectores considerados de maior relevo.

O capítulo referente ao cartório que existia no compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1600 desapareceu no de 1618. Neste último e ao longo de todo o texto ficou consagrada a obrigatoriedade de registo dos assuntos, ficando esta actividade associada à responsabilidade de alguns confrades.

Em função de terem adoptado o compromisso da Misericórdia de Lisboa, as Santas Casas actuaram de forma semelhante e criaram os seus cartórios. A particularidade reside na forma como cada uma cuidou do seu património arquivístico. Nem todas, infelizmente, apresentam cartórios recheados, patenteando o empenho ou a falta dele para preservar a sua memória colectiva. Apesar de muitas Santas Casas possuírem cartórios pouco cuidados e com séries muito lacunares, os livros de acórdãos testemunham as chamadas de atenção dos mesários para se cuidar deste património. Os confrades percepcionavam a sua importância e ter um cartório a funcionar significava, por exemplo, em caso de justiça poder fazer prova com facilidade.

A forma como cada Misericórdia deixou memória do seu quotidiano é muito diversa. Enquanto umas optaram por detalhar as suas acções, fornecendo pormenores, outras mais parcimoniosas, deixaram testemunhos escritos menos ricos. A análise dos registos está naturalmente associada ao calendário das sessões, também ele

¹ Consulte-se *Compromisso da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Pedro Gaesbeeck, 1619, pp. 17-18 e 29. Ainda sobre o arquivo da Misericórdia de Lisboa veja-se Ribeiro, Vitor, *O arquivo da Misericórdia de Lisboa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915.

diferente nestas Misericórdias, embora como se saiba o mais comum era reunirem à quarta e ao domingo¹.

A organização destas instituições, bem como, a construção da sua identidade passava pela memória escrita e, consequentemente, pelas capacidades demonstradas pelos irmãos neste domínio. Se em algumas localidades, nomeadamente nas grandes cidades, os escrivães exercitavam a escrita com facilidade, nas terras mais pequenas e afastadas dos grandes centros, o mesmo não acontecia. Havia Santas Casas onde alguns irmãos não sabiam ler nem escrever e outros dominavam mal a escrita.

Embora nem todas as Misericórdias tenham arquivos recenseados, facto que dificulta a acção dos investigadores, existem já algumas com cartórios inventariados e publicados².

Realce-se o empenho de algumas destas confrarias e o esforço do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo que recenseou boa parte dos arquivos locais ao longo da década de 90 do século passado, dando particular realce aos arquivos das Câmaras e das Misericórdias.

Para nos circunscrevermos apenas ao Alto Minho, a Santa Casa de Ponte de Lima, a de Viana do Castelo, a de Caminha, a de Ponte da Barca e a de Monção são as que apresentam um espólio documental mais completo e melhor conservado³. A de Paredes de Coura, mais recente, conserva também o seu património documental. Já a Misericórdia de Valadares foi a que mais peças documentais

1 Leia-se Xavier, Ângela Barreto; Paiva, José Pedro, "Introdução", in Paiva, José Pedro (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 4..., p. 19.

2 Para a Misericórdia do Porto consulte-se Amorim, Inês, "Roteiro do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto", in *Revista de História*, Faculdade de Letras, Porto, 1988, pp. 229-262.

3 Estas Misericórdias possuem bons arquivos para o estudo da pobreza e da caridade e são de fácil acesso aos investigadores. Consulte-se *Recenseamento dos Arquivos Locais. Câmaras Municipais e Misericórdias. Distrito de Viana do Castelo*, vol. 3, Lisboa, IAN/TT, 1996. Para a Misericórdia de Viana do Castelo veja-se também Pereira, Maria Olinda Alves; Amaral, Maria Clotilde de Mendonça, *Misericórdia de Viana do Castelo séc. XVI a XX - catálogo do acervo documental*, Viana do Castelo, Lions Clube de Viana do Castelo, 1997.

perdeu, embora se desconheçam as razões de tal perda. Todavia, o facto da Santa Casa ter desaparecido em meados do século passado pode ter contribuído para a situação em que se encontra o seu património arquivístico.

Deve, no entanto, chamar-se a atenção para o facto de apenas a Misericórdia de Viana do Castelo apresentar documentação para os seus primórdios. Neste particular, esta confraria ganha destaque no panorama das Misericórdias portuguesas, possibilitando conhecer com segurança os seus passos desde o começo.

Para uma melhor compreensão da documentação produzida e que se encontra à guarda das Santas Casas, podemos dividir o seu espólio documental em cinco núcleos principais.

O primeiro núcleo é constituído pelos compromissos, documentação régia e livros de actas. Ou seja, documentação que deixa conhecer as regras da irmandade. Pode ainda abarcar privilégios, contratos (para cura de soldados ou outros), cartas régias ou de senhores locais. A Misericórdia de Vila Viçosa conserva uma importante série de cartas dos duques de Bragança, para esta confraria de grande valor, para se entender a sua dependência desta Casa ducal e a relação existente entre caridade e poder local¹. O mesmo já não se verifica, por exemplo para Melgaço, terra do senhorio da Casa de Bragança, onde as menções aos duques rareiam.

Os livros de actas possibilitam acompanhar todos os assuntos tratados pelos órgãos de gestão da instituição: Mesa e Definitório ou Junta. Em algumas Misericórdias existem ainda livros de cabidos gerais (reuniões da assembleia de irmãos). As actas do Definitório podem encontrar-se em livros separados, como acontece em Ponte de Lima, ou nos livros da Mesa, como se verifica em Valadares e em Monção, para referirmos apenas alguns exemplos.

¹ Consulte-se Pestana, Manuel Inácio, *Arquivos históricos e municipais de Vila Viçosa: catálogo, inventário, índices*, Vila Viçosa, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1989, pp. 239-373.

A Misericórdia de Valadares, confraria de reduzidas dimensões, e com uma vocação particular para a assistência à alma, apresenta ainda singularidade na constituição da Mesa. Este órgão era formado pelo provedor, escrivão, procurador (todos de maior condição) e por um tesoureiro e ainda por mais 12 irmãos de menor condição. Acresce ainda a existência de mais quatro conselheiros, todos de maior condição e que formavam a Junta¹. Esta configuração, que escapa ao compromisso, pois, a irmandade seguia o da Santa Casa de Lisboa, deve justificar-se com a necessidade de adequação da instituição às circunstâncias locais e que o alvará do rei, que acompanhava o envio do compromisso, permitia, ao possibilitar aplicar-se no que fosse possível.

Através das actas, sejam da Mesa, sejam do Definitório, é possível acompanhar o quotidiano da irmandade, analisar os assuntos recorrentes e avaliar o seu funcionamento interno. É através desta documentação que se entende a periodicidade de reunião dos confrades, se vislumbram os assuntos mais importantes, se analisam os conflitos existentes, quer dentro da confraria, quer com outras instituições e se abordam as opções de gestão.

Podemos encontrar ainda livros de correspondência. São normalmente fontes de valor elevado e que testemunham as relações entre Misericórdias a propósito de vários assuntos, mas muito comumente sobre legados². Podem ainda integrar correspondência com Paços Episcopais, Câmaras Municipais, Exército e outras instituições. Há ainda correspondência com pessoas particulares, normalmente, a propósito de legados, de dinheiro mutuado ou de cobranças de foros e pensões.

1 Para este assunto veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, "A memória da Santa Casa da Misericórdia de Valadares (séculos XVII-XVIII)", in Capela, José Viriato Eiras (coord.), *Monção nas Memórias paroquiais de 1758...*, p. 159.

2 Leia-se Amorim, Inês, "A Misericórdia de Aveiro e misericórdias da Índia no século XVII: procuradoras de defuntos", in *Actas do Congresso Internacional do Barroco*, vol. I, Porto, Governo Civil do Porto; Reitoria da Universidade do Porto, 1991, pp. 113-137.

Estes livros têm-se demonstrado fundamentais para se entender o relacionamento externo com outras instituições, nomeadamente com outras Misericórdias da Metrópole do Ultramar. Destaca-se, neste aspecto, a ligação da Misericórdia de Ponte de Lima às Misericórdias do Estado da Índia e a correspondência trocada em torno do cumprimento de legados. Mas também com a Misericórdia de Lisboa, Porto e com as Santas Casas do Brasil. Realce-se igualmente a importância conferida pela Misericórdia de Monção aos legados vindos da colónia portuguesa da América do Sul em meados do século XVIII, não apenas pelo número, mas particularmente pela dinâmica criada em alguns sectores, destacam-se aqui o sector religioso e o das festas por terem sido os mais beneficiados com estes legados dos “brasileiros”.

O segundo núcleo é formado pelos livros de confrades e de eleições. Estes volumes fornecem elementos para o estudo da composição social da irmandade. É ainda com base neles que é possível analisar o acesso ao poder dentro da instituição. São fontes de grande valor para se conhecer a composição das irmandades, para se conhecer a actuação dos irmãos dentro delas e analisar a sua circulação entre os cargos de poder. Alguns destes livros possuem também actas no seu interior e os resultados (em votos) obtidos por cada confrade nos processos eleitorais. Esta situação é encontrada nos registos da Santa Casa de Ponte da Barca. É ainda possível analisar os actos ilícitos praticados nestes momentos, o suborno, o comportamento desajustado de alguns confrades e a reacção da instituição¹. Aparecem com naturalidade os conflitos institucionais e as medidas tomadas pelas facções envolvidas. Também não é raro chegarem ecos destes momentos ao monarca, havendo registo da sua posição e quase sempre da repetição dos actos eleitorais na presença de um funcionário régio.

1 A propósito desta problemática veja-se Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 132, 182-183 e 216.

Algumas Santas Casas preservam os chamados livros dos segredos, locais onde se registavam actos que pelo seu carácter se deviam manter em sigilo e resguardados da restante irmandade e de possíveis fugas de informação¹. São, normalmente, os assuntos de foro interno, que dizem respeito ao comportamento dos confrades ou dos servidores.

Apesar das Misericórdias do Alto Minho não integrarem actualmente no seu espólio nenhum livro de segredo, em Ponte de Lima fez-se sigilo de um assunto respeitante ao seu hospital, que primeiramente ficou registado num acórdão, mas foi posteriormente riscado.

Estas confrarias, como todas as instituições, preservavam alguns assuntos, que pretendiam manter guardados apenas para si. Todavia, o melindre de alguns assuntos exigia que os mesmos não circulassem por todos os irmãos, ficando apenas reservados para os corpos gerentes, elementos responsáveis pela direcção e, consequentemente, pelo governo.

Ainda dentro deste núcleo podem surgir catálogos de irmãos, elaborados em algumas Misericórdias. Arrolam o corpo de confrades de forma eficaz, normalmente, segundo o alfabeto e contêm menções particulares sobre alguns casos. Refere-se a morte ou a ausência, de acordo com a situação de cada um. Estes catálogos funcionam ainda como um repositório de poder simbólico, na medida em que conferem identidade à instituição. Tinham ainda um sentido prático. Para as Misericórdias era fundamental, por exemplo, saber que irmãos estavam vivos e quem tinha falecido, por causa dos privilégios de que estes usufruíam na hora da morte. Alguns deles eram extensíveis aos seus familiares (esposa e filhos), facto que re-

¹ A Misericórdia de Montemor-o-Novo possui para o século XVIII um destes livros. Confira-se Banha, António Alberto, "Roteiro do Arquivo Histórico da Misericórdia de Montemor-o-Novo (A. H. M. M. N.), com a história da Fundação e primeiros anos da Santa Casa", in *Revista Portuguesa de História*, tomo XVII, 1979, p. 171.

queria um rigoroso conhecimento da irmandade e do estado em que se encontravam os que a constituíam. Algumas Santas Casas mandaram também elaborar catálogos de provedores e de escrivães, dando destaque aos seus membros que ocuparam os principais cargos da instituição¹. Com este destaque dava-se visibilidade apenas aos que se tinham envolvido nos principais cargos da confraria.

O terceiro núcleo é constituído pelos livros de inventário: tombo e outros livros. Neste sector é possível encontrar o arrolamento de todos os bens móveis e imóveis da instituição, tendo registos completos para os bens imóveis. Estes assentos incluem confrontações, medições, localização e declarações das testemunhas, podendo também conter contratos de empraçamento, compra e venda de propriedades, registos de doações, escrituras e testamentos. Arrolaram-se ainda bens móveis quer do hospital, quer da cozinha, igreja e sacristia.

O registo sistemático de bens era fundamental para estas instituições. Afinal, grande parte das suas receitas era proveniente dos foros e pensões pagos². A existência de registos actualizados tornava-se imperiosa. Por outro lado, como o desempenho dos cargos era anual, os irmãos precisavam de conhecer os bens da Santa Casa e saber quem eram os seus devedores para actuarem com eficácia. Por último, colocava-se ainda o problema de zelar pelos bens da instituição. Sempre que as Misericórdias solicitavam ao monarca autorização para tombarem as suas propriedades, referiam os abusos cometidos por pessoas exteriores à confraria, a falta de marcos que

1 Para a Misericórdia de Braga veja-se Ferreira, José Augusto, *Catálogo dos provedores da irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Braga instituída pelo grandioso arcebispo D. Diogo de Sousa (1513?) séc. XVI - séc. XX*, Braga, Livraria Cruz, 1914. A Misericórdia de Vila Viçosa possui catálogos para provedores e escrivães, elaborados no século XVII. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa, *Catálogo dos Irmãos da Misericórdia de Vila Viçosa Anno de 1661*, nº 72/ EL. 3.

2 Saliente-se que no século XVIII, a crise que se instalou nestas confrarias provocou algumas alterações nas suas fontes de rendimento. O caso melhor conhecido é o de Ponte de Lima, onde até então os foros e as rendas constituíam o principal suporte financeiro e, a partir de meados do século, passou a ser o crédito.



Figura 1 - Tombo da Misericórdia de Melgaço.

delineassem as confrontações e o grave prejuízo decorrente desta situação.

Quando, em 1788, os confrades de Monção solicitaram à monarca autorização para efectuarem um novo tombo referiram

“[...] que há muitos anos que as terras que eles possuem em nome da sua irmandade no distrito da dita vila e nos [de] Valadares e Melgaço não estão tombadas nem demarcadas em forma devida, pelo que algumas se acham alheadas e usurpadas em várias pessoas com que demarcam, pelo que sentem deterioração e como querem acautelar dúvidas, precisam de fazer tombo nas ditas terras¹”.

O quarto núcleo é formado pelos livros de receita e despesa, documentação importante para se conhecer o funcionamento da instituição e as suas opções de gestão. Estes registos eram elaborados regularmente e em muitas Santas Casas efectuavam-se às quartas-feiras e aos domingos, dias de cabido². Todavia, nem todas as Misericórdias do Alto Minho seguiam este calendário. Em Valadares e em Melgaço e em Monção as reuniões eram muito mais espaçadas, não só porque as actividades desenvolvidas não exigiam uma assistência tão continuada por parte dos mesários, como os próprios se esquivavam às sessões. Na Santa Casa de Monção eram frequentes as faltas dos mesários às sessões ao longo da segunda metade do século XVIII. Não apareciam e não se justificavam, nem mesmo sob a ameaça de serem riscados.

Como as Misericórdias de Valadares, Melgaço e Monção não possuíam hospital (Monção só ergue um hospital em 1803), nem recolhimentos femininos, nem colégios de órfãos, o acompanhamento dos mesários não exigia reuniões tão assíduas.

1 ASCMM, *Tombo dos bens e propriedades pertencentes á Santa Casa da Misericórdia de Monção* 1788, fl. 6.

2 Os cabidos eram as reuniões das Mesas, que se realizavam após a celebração da missa na igreja da Santa Casa e ocorriam às quartas e aos domingos.

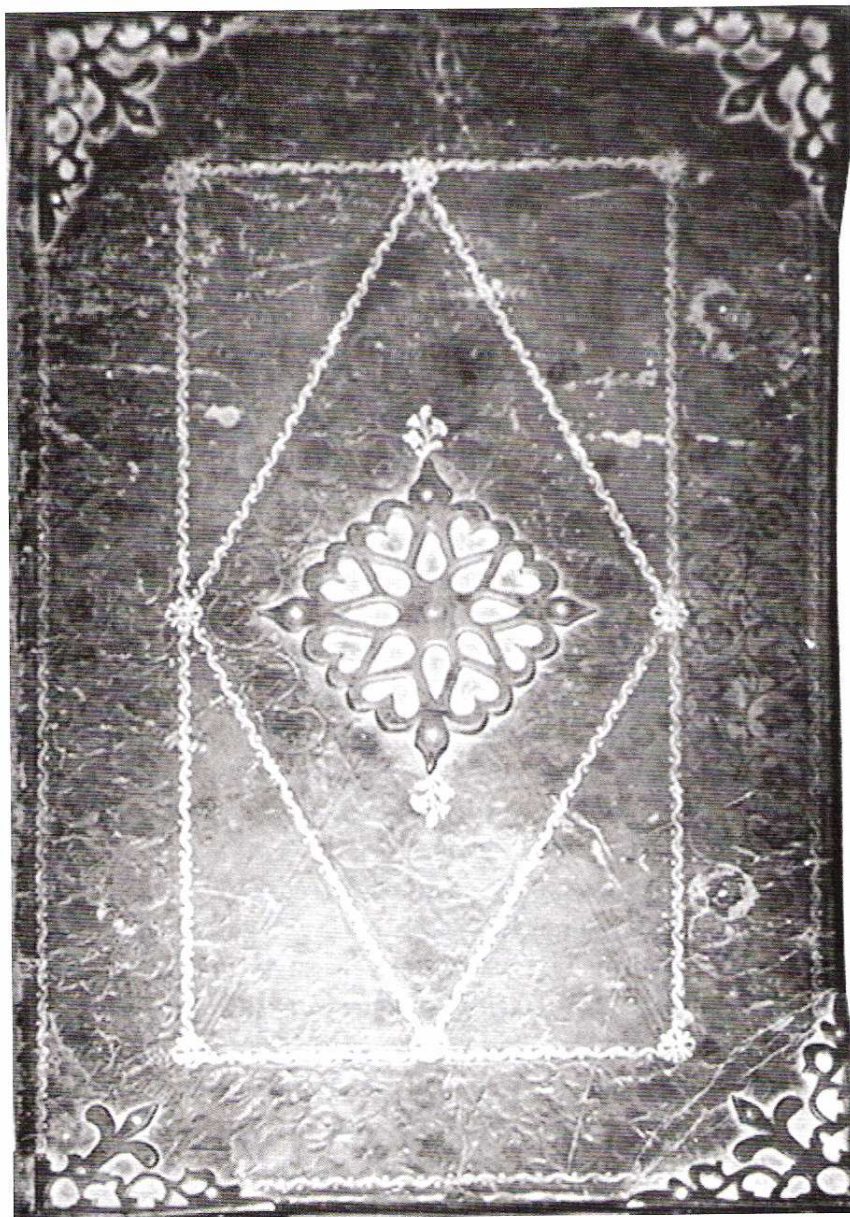


Figura 2 - Tombo da Misericórdia de Melgaço

Estes livros podem ainda conter róis de pobres, de doentes, de presos, de órfãos (quando existia colégio de órfãos), de peditórios, gastos sectoriais com pão, salários, etc., dando visibilidade às obras de caridade praticadas.

Neste sector, integram-se também os cadernos de receita e despesa, documentos onde se assentavam os gastos e as receitas diárias. Podem ainda encontrar-se livros referentes aos assalariados da Casa, de cobranças de foros e pensões e de cobranças de juros. Trata-se de um sector de fundamental importância para a compreensão do pulsar da instituição em termos de receitas e despesas. Com base nesta documentação é também possível conhecer a "geografia económica" da instituição, cartografar as localidades onde se situam as suas propriedades, bem como as áreas de peditório.

O último núcleo é composto pelos livros de assistência: livros de doentes, de presos, de defuntos, de dotes, de casamento de órfãs, de missas, de capelas, de esmolas, de receitas da botica e de petições de pobres. Ou seja, registo de toda a actividade assistencial desenvolvida pela irmandade.

As petições são documentos inexistentes em muitas Misericórdias, de primordial importância para a análise do tipo de pobreza. Saliente-se que, das Misericórdias do Alto Minho, apenas se encontram no arquivo de Ponte de Lima.

Elas são abundantes para os dotes de casamento em Ponte de Lima, possibilitando analisar a assistência a mulheres pobres. Na Misericórdia de Viana do Castelo preserva-se documentação para o recolhimento de Santiago, instituição que procurava guardar a honra e o bom nome das recolhidas. Mau grado serem apenas estas as confrarias que conservam mais documentação sobre a assistência às mulheres, ela praticava-se em todas as restantes, uma vez que constituíam o principal alvo de caridade.

Já para as restantes obras de caridade, as petições são mais raras, mas também existem. Contrariamente às petições das órfãs que

se encontram em maços, as restantes petições figuram dentro dos livros de registo. Foi, portanto, uma descoberta feliz, que ocorreu quando se analisavam outros assuntos.

As petições são documentos nominativos, identificam o pobre e fornecem outros elementos informativos: descrevem-no fisicamente e dão conta das suas necessidades. No final, rogam a esmola e prometem rezar a Deus pela Casa e pelos irmãos.

Todos os pobres necessitavam de escrever um documento, normalmente por interposta pessoa - a petição - para se dirigir à Santa Casa. Contrariamente à esmola da rua, onde o pobre estabelecia uma relação directa com o rico e a esmola se processava de imediato, a esmola institucional obrigava a um intermediário e a um compasso de espera.

“Dis Gertrudes da Cunha, desta vila, que vivendo em grande indigência, sem ter de que se alimentar e menos de se vestir, por isso recorre à caridade de vossas senhorias a fim de se dignarem providir a supplicante com um dos vestidos que tem de dar-se aos necessitados na próxima Semana Santa, pelo que rogará a Deos pela vida e comemoração de vossas senhorias, augmento desta Santa Caza para amparo dos pobres. E receberá merce”¹.

Com esta documentação é possível estudar o tipo de caridade praticada pela Santa Casa, conhecer os beneficiados e analisar as esmolas entregues aos pobres.

Ora, poucas são as Misericórdias do Alto Minho que possuem hoje todos estes núcleos de documentação. Com excepção das de Viana do Castelo, Ponte de Lima, Caminha, Ponte da Barca, e Monção, todas as restantes têm arquivos muito lacunares para o período anterior ao século XIX. Trata-se efectivamente de uma grande perda

1 Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, *Documento avulso*.

de património de valor inestimável. O interesse dos seus arquivos não se confina apenas ao conhecimento destas instituições e da história da assistência. Os arquivos das Misericórdias possuem, normalmente, fontes para a história local, dos poderes, da vida económica, social, religiosa e até militar. Quer a Misericórdia de Monção, quer as de Ponte da Barca e de Viana do Castelo preservam no seu acervo documentação onde se patenteia a presença dos militares não apenas como irmãos, mas sobretudo no desempenho dos cargos de gestão.

Quer em Ponte de Lima, quer em Monção existem ainda, nos arquivos das respectivas Santas Casas, séries de preços para o milho, centeio, trigo e lampreias para os séculos XVII, XVIII e XIX. A Misericórdia de Monção efectuava reuniões da Mesa exclusivamente para tratar do deste assunto.

Quase todas as Santas Casas do Alto Minho são instituições de fronteira. Este facto não apenas marcou a sua acção assistencial, mas configurou-lhes algumas particularidades até mesmo nos espólios documentais que possuem.

Num período em que não existiam ainda em Portugal hospitais para militares, era nos das Misericórdias que se curavam os soldados, ou quando estes não apresentavam condições ou simplesmente não existiam, a Coroa montou hospitais de campanha que posteriormente desmantelou. Viana do Castelo, Ponte de Lima e Caminha curaram militares nos seus hospitais, tendo ou não existido um acordo formal com a Coroa.

Maioritariamente unidas por serem instituições de fronteira, as Misericórdias do Alto Minho, nomeadamente Viana, Caminha, Cerveira, Monção, Valença, Valadares, Melgaço e Ponte da Barca têm períodos da sua história marcados pela história nacional e estão profundamente associadas não apenas à vida das populações locais, mas também às do outro lado da fronteira. Gente que se encontrava num vai e vem constante, que era portuguesa e que se dirigia

para a Galiza, particularmente para Santiago, ou que era galega e estava em Portugal. Todos os que precisavam batiam às portas das Misericórdias a pedir ajuda. Até soldados que combatiam nos campos de batalha e que eram tratados nos hospitais das Santas Casas. Enfim, arquivos espoliados devido às incursões do inimigo, como aconteceu nas Misericórdias de Monção e de Valença, hospitais que serviram de quartel aos soldados, como se verificou na Santa Casa de Valença e esmolas enviadas a pessoas feridas de guerra, como se registou na Misericórdia de Melgaço. Tudo consequências da guerra e da sua localização geográfica.



Câmara Municipal
Viana do Castelo